



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

PROCESSO Nº 013/2023

Razão Social:

Nome Fantasia:

Endereço:

Fone(s)/Fax: _____

E-mail:

Contato: _____ Celular(es) contato: _____

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. S^a preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MIGUELINHO**, através do e-mail cplfrei20172020@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MIGUELINHO
SECRETARIA DE SAÚDE
TRABALHANDO O PRESENTE, CONSTRUINDO O FUTURO

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

I. REGÊNCIA LEGAL

LEI FEDERAL 10.520/02, DECRETO FEDERAL 10.024/2019, DECRETO MUNICIPAL Nº 014/2020, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, DO DECRETO Nº 8.538, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015, APLICANDO-SE, SUBSIDIARIAMENTE, A LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

II. ÓRGÃO INTERESSADO / SETOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/ PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO.

III. MODALIDADE

PREGÃO ELETRONICO - Nº 011/2023

IV. PROCESSO LICITATÓRIO

Nº 013/2023

V. OBJETO

CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE HOSPITAL E MATERNIDADE JOÃO ALEXANDRE DE OLIVEIRA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DIÁRIAS DA SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL, HOSPITAL E UNIDADES DE SAÚDE A ELA VINCULADAS, UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS SERVIÇOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA DE FREI MIGUELINHO - PE. DESSA FORMA, O OBJETO TENCIONADO É INDISPENSÁVEL À ADMINISTRAÇÃO RAZÃO PELA QUAL PRECISA SER ADQUIRIDO ATRAVÉS DE LICITAÇÃO CONFORME PRESCRIÇÃO LEGAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS DESTA EDITAL.

I	TERMO DE REFERÊNCIA;
II	MODELO DE PROPOSTA
III	MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
IV	MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
V	MINUTA DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO DE MENOR - LEI 9.854/99
VI	MINUTA DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)
VII	MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 3º DA LC 123/06;
VIII	MINUTA DO CONTRATO



VI. TIPO / CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO / POR ITEM

VII.

VIII. PRAZO DE ENTREGA

O PRAZO DE ENTREGA SERÁ NUM PRAZO NÃO SUPERIOR A 30 (TRINTA) DIAS CONSECUTIVOS, CONTADOS DA DATA DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE FORNECIMENTO

IX. REALIZAÇÃO

SESSÃO PÚBLICA POR MEIO DA INTERNET, ATRAVÉS DO SITE <https://bnccompras.com/Home/Login>.

X. DATA E HORÁRIO PARA ABERTURA DA SESSÃO

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **10(DEZ) DE JANEIRO DE 2024**
HORÁRIO DE ABERTURA DA DISPUTA DAS PROPOSTAS AS **12HS DO DIA 10(DEZ) DE JANEIRO DE 2024.**
HORÁRIO DE ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS AS **11 HS DO DIA ACIMA DESCRITO.**

XI. SOLICITAÇÃO/ACESSO AO EDITAL

PELA INTERNET NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL SITIO www.freimiguelinho.pe.gov.br - diário oficial E/OU ATRAVÉS DE SOLICITAÇÃO POR E-MAIL: cplfrei20172020@gmail.com

XII. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Unid. Gestora: 3 – Fundo Municipal de Saúde de Frei Miguelinho
Órgão Orçamentário: 14.000 – Fundo Municipal de Saúde
Unid. Orçamentária: 14.002 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: - 1003 – Atenção Especializada à Saúde da População
Ação(LOA): 1.12 – Execução de obras e Aquisição de Equipamentos para a Rede de Saúde Especializada
Elemento de Despesa: 181 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.
Fontes de Recursos: 103 – MSC – 1.500.1002 15% de Imposto e Transferência para a Saúde(LC nº 141/20)
Elemento de Despesa: 182 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.
Fontes de Recursos: 106 – MSC – 1.600.0000 Recurso do SUS Bloco de Manutenção das Ações e Serviços
Elemento de Despesa: 183 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.
Fontes de Recursos: 115 – MSC – 1.631.0000 Recurso Convênio para Saúde do Governo Federal- 1.631

XIII. PREGOEIRO RESPONSÁVEL

AUGUSTO CÉSAR PINTO DO NASCIMENTO, DESIGNADO PELA PORTARIA GP Nº 03, DE 02 DE JANEIRO DE 2023.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº012/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE FREI MIGUELINHO, através do PREGOEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que na data e horário indicados, em sessão pública, por meio de internet, através do site <https://bnccompras.com/Home/Login> fará realizar licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2023, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrição contida neste edital e seus anexos.

Fazem parte deste instrumento convocatório os seguintes anexos:

I	Termo de Referência;
II	Modelo de Proposta
III	Minuta de Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação
IV	Minuta de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de contratação com a Administração Pública
V	Minuta de Declaração de trabalho de menor - Lei 9.854/99
VI	Minuta de Declaração de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)
VII	Minuta de Declaração de atendimento dos requisitos do artigo 3º da LC 123/06;
VIII	Minuta de Ata de Registro de Preços

A licitação será regida pela LEI FEDERAL 10.520/02, DECRETO FEDERAL 10.024/2019, DECRETO MUNICIPAL Nº 014/2020, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, DO DECRETO Nº 8.538, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015, APLICANDO-SE, SUBSIDIARIAMENTE, A LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, e as exigências estabelecidas neste edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente contratação de empresa para aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para o Hospital e Maternidade João Alexandre de Oliveria, para atender as necessidades diárias da Secretaria de Saúde Municipal, Hospital e unidades de saúde a ela vinculadas, utilizados no atendimento da demanda dos serviços realizados pela SECRETARIA DE SAÚDE da Prefeitura de Frei Miguelinho - PE. Dessa forma, o objeto tencionado é indispensável à Administração razão pela qual precisa ser adquirido através de licitação conforme prescrição legal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos deste edital.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura para o exercício de 2023, com Recurso Emenda Parlamentar nº 35390002, na classificação abaixo:

Unid. Gestora: 3 – Fundo Municipal de Saúde de Frei Miguelinho

Órgão Orçamentário: 14.000 – Fundo Municipal de Saúde

Unid. Orçamentária: 14.002 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial



Programa: - 1003 – Atenção Especializada à Saúde da População

Ação(LOA): 1.12 – Execução de obras e Aquisição de Equipamentos para a Rede de Saúde Especializada

Elemento de Despesa: 181 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

Fontes de Recursos: 103 – MSC – 1.500.1002 15% de Imposto e Transferência para a Saúde(LC nº 141/20)

Elemento de Despesa: 182 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

Fontes de Recursos: 106 – MSC – 1.600.0000 Recurso do SUS Bloco de Manutenção das Ações e Serviços

Elemento de Despesa: 183 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

Fontes de Recursos: 115 – MSC – 1.631.0000 Recurso Convênio para Saúde do Governo Federal- 1.631

3. DO CREDEBICIAMENTO

3.1. O licitante deverá realizar cadastro através da Bolsa Nacional de Compras pelo site <https://bnccompras.com/Home/Login>, que permite os interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, selecionar a opção cadastro e depois cadastrar a empresa de acordo com pacote ofertado pelo BNC e que melhor atenda a empresa cadastrada.

3.1.1. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras.

3.2. Para participar desta licitação, a empresa deverá estar credenciada na plataforma, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.2.1. O acesso do operador ao pregão, para efeito de credenciamento, encaminhamento de proposta de preço, lances sucessivos de preços, documentos e habilitação em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.2.2. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

3.2.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.3. A empresa participante do certame não deve ser identificada.

3.4. A micro empresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa Nacional de Compras.

4.1.1. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

5. PARTICIPAÇÃO:

5.1. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias/serviços) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido, apresentar as seguintes declarações:

5.1.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.1.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.1.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.1.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.1.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



5.1.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.1.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.1.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital;

5.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

5.5. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones/zap: (42) 3026-4550, ou através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail: contato@bnc.org.br.

6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. No prazo designado no preâmbulo deste edital, o licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preço expressos em moeda nacional, em algarismo hindu-arábico, até a data e hora marcadas para a sessão de pregão, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de proposta. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha e poderão ser retirados ou substituídos a qualquer momento desde que seja antes do início da sessão.

6.1.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

6.1.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.2. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.3. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do PREGOEIRO e para acesso público após o encerramento do envio



de lances.

6.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item, Marcar, Fabricante, Catálogo;

7.1.2. **Prazo de entrega:** Não superior a 30 (trinta) dias consecutivos;

7.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

7.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.1.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição do bem, conforme anexo deste Edital;

7.1.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.1.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.1.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

7.1.8.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização da Prefeitura Municipal de Frei Miguelinho e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

8.1. A partir do horário indicado no preâmbulo deste edital e previsto no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidos, na forma prevista neste edital, passando a PREGOEIRO a examinar as propostas

8.2. A análise das propostas pelo PREGOEIRO visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, que possam conter vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas, sendo desclassificadas as propostas que:

8.2.1. **Que identifique o licitante;**



- 8.2.2. Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições estabelecidas neste edital;
- 8.2.3. Que não permita aferir a compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações do edital;
- 8.2.4. Que apresentem preços baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes.
- 8.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os licitantes.
- 8.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 8.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;
- 8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;
- 8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
- 8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;
- 8.11.4. Na hipótese de não haver novos lances na forma descrita no item 6.10.2, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 8.12. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema conforme descrito acima, o PREGOEIRO poderá, assessorada pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.15. No caso de desconexão com o PREGOEIRO, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



8.15.1. **Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo PREGOEIRO aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.**

8.16. **O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.**

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1. Caso existam itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática paratanto.

9.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no sub item anterior.

9.4.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.5. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

9.5.1. No país;

9.5.2. por empresas brasileiras;

9.5.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.5.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.6. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.7. **Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o PREGOEIRO deverá encaminhar,**



pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, sendo dado o prazo de 30(trinta) minutos, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.8. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.9. O PREGOEIRO solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 01 (uma) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.9.2. **Caso a licitante não apresente a proposta readequada, conforme previsto acima, será considerado para a Contratação, o valor constante no Relatório Final, anexo à Ata.**

9.10. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. ANÁLISE DA PROPOSTA VENCEDORA/DILIGÊNCIA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

10.1.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.1.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.2. Quaisquer interessados poderão requerer diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, desde que devidamente justificado.

10.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada e mata;

10.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 24 hs (vinte e quatro) , sob pena de não aceitação da proposta.

10.5. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou



propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, O Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.7. Havendo necessidade, O Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.9. Também nas hipóteses em que O Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor, sendo realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.10. Havendo itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de O Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, O Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o PREGOEIRO verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União(www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União -TCU;

11.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.3. Constatada a existência de sanção, o PREGOEIRO reputará o licitante



inabilitado, por falta de condição de participação.

11.2. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da propostasubsequente.

11.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via email, no prazo **de até 24 (vinte quatro) horas**, após a comunicação da solicitação, sob pena de inabilitação.

11.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome damatriz.

11.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.8. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.9. Documentação Relativa a Habilitação jurídica

11.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.9.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.9.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.9.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.9.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.9.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.9.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.9.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.10. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MIGUELINHO
SECRETARIA DE SAÚDE

TRABALHANDO O PRESENTE, CONSTRUINDO O FUTURO

11.10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.10.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.10.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.10.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.10.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.10.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.10.6.1. **Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;**

11.10.6.2. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.11. Documentos Relativos à Qualificação Econômica Financeira:

11.11.1. **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** expedida dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública de processamento do pregão, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou dentro do prazo de validade constante no documento.

11.11.2. **Certidão Negativa para fins de Licitação** expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da sede da licitante, referente aos processos judiciais eletrônicos. Para licitantes sediadas no Estado de Pernambuco, deverá apresentar certidões de 1º e 2º graus expedidas através do site www.tjpe.jus.br/certidao. Empresas sediadas em outros estados que não possuem processos eletrônicos deverá apresentar justificativa.

11.12. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

11.12.1. Atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, comprovando que a licitante fornece ou forneceu satisfatoriamente, os bens, objeto desta licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MIGUELINHO
SECRETARIA DE SAÚDE

TRABALHANDO O PRESENTE, CONSTRUINDO O FUTURO

11.12.1.1. **Forma de apresentação do(s) atestado (s):** Os atestados de capacidade técnica devem ser fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a identificação da empresa ou do órgão fornecedor, emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas e assinados por quem tenha competência para expedi-los.

11.13. Os produtos ofertados deverão atender aos dispositivos da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

11.14. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

11.21.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.21.2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.21.3. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.17. Na possibilidade de haver itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.13. Documentação Complementar:

11.13.1. Declaração de Cumprimento das condições de habilitação – **Anexo III** (Declaração firmada pelo representante legal da licitante);

11.13.2. Declaração de Inexistência, de Fato Impeditivo para Contratação com a Adm. Pública – **Anexo IV** (Declaração firmada pelo representante legal da licitante);

11.13.3. Declaração de inexistência de menor de 18 anos de idade trabalhando sob a direção da licitante nas condições previstas na Lei nº. 9.854/99 bem como a inexistência de trabalho de menor de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos de idade; firmada por quem de direito da licitante – **Anexo V**.

11.13.4. Declaração de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte (Declaração



firmada pelo representante legal da licitante) – **Anexo VI**;

11.13.5. Declaração de atendimento dos requisitos do artigo 3º. da LC 123/2006 – **Anexo VII** (Declaração firmada pelo representante legal da licitante).

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **prazo de ate 01(uma) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e preferencialmente por extenso(art. 5º da Lei nº8.666/93).

12.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS, DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO

13.1. Do Pedido de Esclarecimento, da Impugnação ao Edital

13.1.1. Até **03(três) dias úteis** anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão através de e-mail (cplfrei20172020@gmail.com), por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, de preferência pelo Sistema Bolsa Nacional de Compras pelo site <https://bnccompras.com/Home/Login>.

13.1.2. O PREGOEIRO responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02(dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

13.1.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

13.1.4. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **02(dois) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

13.1.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.1.6. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data



para realização do certame.

13.1.7. As modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

13.1.8. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até decisão definitiva a ela pertinente.

13.1.9. A decisão do PREGOEIRO sobre o julgamento da impugnação será comunicada ao licitante interessado, preferencialmente, até o dia anterior à data marcada para abertura das propostas, podendo tal comunicação ser feita na própria sessão de abertura, fazendo-se o registro no "chat".

13.2. Do Recurso:

13.2.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, dentro do **prazo de até 30 (trinta) minutos** em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **03(três) dias** para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para querendo, apresentarem suas contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vistas imediata dos elementos indispensáveis a defesa dos seus interesses.

13.2.2. Os memoriais de recurso e de contrarrazões poderão ser encaminhadas por e-mail através de e-mail cplfrei20172020@gmail.com, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, de preferência pelo Sistema Bolsa Nacional de Compras pelo site <https://bnccompras.com/Home/Login>. Em todos os casos, será de responsabilidade do licitante interessado a escolha do meio para encaminhamento.

13.2.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará: a decadência do direito de recurso, ficando o PREGOEIRO autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

13.2.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

13.2.5. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente. Interposto o recurso, o PREGOEIRO poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente, que no prazo de **02(dois) dias úteis**, informará a decisão final.

13.2.6. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal previsto ou subscrito por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

13.2.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento, sendo o vencedor convocado para assinar a Ata ou o contrato no prazo definido neste edital.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele



dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no BNC, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03(três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 02(dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.5. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.



18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 3(três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.4. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

18.5. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

18.6. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

18.7. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

18.8. Recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação das penalidades previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002;

18.9. O licitante vencedor deverá, durante a execução contratual, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento de contratação.

18.10. No ato da contratação, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o Contrato em nome da empresa;

18.11. O contrato poderá ter vigência até 12 (doze) meses, respeitando a vigência dos créditos orçamentários e admitindo-se a prorrogação nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

18.12. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

18.13. A inexecução total ou parcial do objeto desta licitação ensejará a rescisão do Contrato, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.14. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.15. A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível.

18.16. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



19. DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL

19.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Cometer infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 23.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 23.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 23.1.3. apresentar documentação falsa;
- 23.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 23.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 23.1.6. não mantiver a proposta;
- 23.1.7. comportar-se de modo inidôneo;
- 23.1.8. cometer fraude fiscal;

23.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

23.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;



23.4.2. Multa de 5% (cinco) pôr cento sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

23.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a Prefeitura, pelo prazo de até cinco anos;

23.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

23.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

23.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.9. Processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

24.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

24.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.



24.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

24.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº7.892/213.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília –DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.freimiguelinho.pe.gov.br – Diário oficial, e quando solicitado, através de e-mail no endereço: cplfrei20172020@gmail.com e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Presidente Kennedy, 275, Centro – Prédio Sede da Prefeitura Municipal ou através do telefone - (081) 3751-1251 das 8h às 12h, na Sala da CPL, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Santa Maria do Cambucá-PE.

Frei Miguelinho, em 22 de dezembro de 2023.

JOSÉ LUIZ DE MOURA
SECRETÁRIO DE SAÚDE



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para o Hospital e Maternidade João Alexandre de Oliveria, para atender as necessidades diárias da Secretaria de Saúde Municipal, Hospital e unidades de saúde a ela vinculadas, utilizados no atendimento da demanda dos serviços realizados pela SECRETARIA DE SAÚDE da Prefeitura de Frei Miguelinho - PE, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 1.2. Especificações, quantitativos e valores máximos admitidos:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITARIO MÁXIMO ADMITIDO	MARCA	QUANT	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
01	<p>Cama Hospitalar Tipo Fawler Mecânica Leito: Confeccionado em chapa de aço carbono, dotado de reforço com estrutura interna, dividido em quatro secções e articulado. Base: Confeccionada em tubos de aço carbono, revestida parcialmente com carenagem em material termoplástico de alta resistência a impactos. Estrutura: Confeccionada em tubos de aço carbono, dotado de para-choque de borracha nos quatro cantos da cama e mecanismo com sistema reforçado com materiais de alta qualidade e resistência para movimentação e sustentação do leito. Grades Laterais: Confeccionada em material termoplástico tipo polietileno de alta resistência injetado, com indicadores de ângulo (dorso, trendelemburg, trendelemburg reverso), sendo conjunto formado dois pares na lateral da cama com articulação retrátil e independentes sustentadas por cilindros pneumáticos com acionamento fácil e rápido por leve toque e pressão e recolhimento total sob o leito, com amortecimento e trava de segurança facilitando a transferência e o acesso do paciente, com espaço para rota de fuga. Cabeceira e Peseira: Confeccionada em material termoplástico de alta resistência injetado, com travas de segurança, sendo removíveis facilmente. Movimentos: Obtidos através de motores elétricos acionados por membranas, localizadas nas grades laterais do dorso (Lados internos – paciente e externos-enfermagem), sendo o lado interno possibilitando executar os movimentos de dorso, perna e elevação de altura e o externo proporcionando os movimentos de fawler, subir-baixar, cabeça (65°), joelhos (25°), semi-fawler, cabeceira, sentado, cardíaco, vascular, flexão, movimento de articulação dos joelhos acionado automaticamente no momento da elevação das costas para que o paciente não deslize, Função CPR elétrico e mecânico acionado através de alavancas nas laterais da cama, luz noturna, auto contorno, elevação de altura, volta zero, poltrona, trendelemburg (12°) e reverso de trendelemburg (12°) com um único toque e bloqueio total dos movimentos e bloqueio dos comandos do paciente. O movimento de descanso de pernas por cremalheiras (vascular mecânico em dois níveis). Rodízios Giratórios: De 12cm, com freio central acionado na peseira. Acabamento: Em pintura eletrostática a epóxi-pó com anterior tratamento anti-ferruginoso, antioxidante, secagem em estufa. Dimensões do Leito: 2,00m (C). Dimensões total do leito com as grades elevadas: 100cm (L). Altura: min.: 47 cm e max.: 76 cm (A). Capacidade: 220 kg. Acessórios Inclusos: Bateria Reserva com vida útil de 2 (dois)anos; Pontos de fixação de suporte de soro, adaptável nos quatro cantos do leito; Ganchos laterais para colocação de bolsas e dispositivos urinários; 6 (seis) pontos de restrição ao paciente; 1 (Um) Suporte de Soro; Colchão Hospitalar compatível com as dimensões da cama (1,90 x 85 x 14), translucido ao raio x na densidade D40, com prevenção de úlceras e sendo revestido em capa impermeável em poliuretano, duradoura e resistente a bactérias e fungos, permeável a vapor e umidade, com vida útil de 2 anos Características Elétricas: Alimentação Elétrica Bivolt Automática (100-240V) Classe II: IEC-60601-1 / IEC 60601-2-52 Grau de proteção: IPX4/</p>	R\$ 8.377,30		8	R\$ 67.018,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MIGUELINHO
SECRETARIA DE SAÚDE

TRABALHANDO O PRESENTE. CONSTRUINDO O FUTURO

	IP66 Motores e Caixas de comando blindados, resistente a água, poeira e outros resíduos; Produto Certificado pelo INMETRO Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias Garantia: 12 (doze) meses			
02	Escada com 2 degraus :Escada clínica com dois degraus todo em aço inox ou aço com revestimento anticorrosivo de cor branca, reforçada, com degraus revestidos em borracha antiderrapante, pés com ponteiros em borracha. Garantia mínima de 12 meses.	R\$ 231,55	1	R\$ 231,55
03	Berço para Recém Nascido : BERÇO RECÉM NASCIDO COM CUNA DE ACRÍLICO Estrutura confeccionada em tubo de aço inox de 22,22 x 1,20 mm. Cesto removível em acrílico transparente com as bordas arredondadas com largura: 40 cm, comprimento: 70 cm, altura 20 cm. Sistema manual proporcionando os movimentos de Trendelemburg e reverso de Trendelemburg. Prateleira em chapa de aço inox de 0,75 mm. 04 rodízios giratórios de 2 com freio em diagonal. Deverá ser entregue com o produto jogo extra de rodízios idênticos ao original. Capacidade 10 Kg. Dimensões: Comprimento: 80 cm;Largura: 47 cm; Altura mínima: 80 cm. Deverá acompanhar colchão revestido com material impermeável flexível, antiácara, antifúngico, sem zíper, com altura mínima de 5 cm, densidade 23 compatível com o berço. Deverá possuir garantia de, no mínimo, 12 meses a partir do ateste. Será tolerada a variação de 5% para as unidades de medidas (tamanhos). Modelo de referência: Móveis Andrade MA-260. - UND.	R\$ 2.035,55	1	R\$ 2.035,55
04	Cilindro de Gases Medicinais : CILINDRO DE GÁS MEDICINAL CAPACIDADE 10 LITROS Cilindro de gás medicinal. Material de confecção: aço ou alumínio. Acessórios válvula reguladora e fluxometro. Capacidade 10 litros - CILINDRO DE GÁS MEDICINAL CAPACIDADE 10 LITROS Cilindro de gás medicinal. Material de confecção: aço ou alumínio. Acessórios válvula reguladora e fluxometro. Capacidade 10 litros.	R\$ 1.660,25	1	R\$ 1.660,25
05	Detector Fetal : Detector fetal Características Gerais: - Tela de LCD Colorido com luz de fundo (backlight) para visualização numérica do batimento cardíaco fetal; - Vários modos de visualização com Curva de FHR e parâmetros; - Transdutor de alta sensibilidade; - Modelo de mesa, design compacto e fácil operação; - Alto Falante de alta performance; - Design ergonômico e compartimento para transdutor; - Entradas: Fone de ouvido, USB, carregador de bateria e conexão do transdutor; - O sinal do som fetal pode ser transferido para o computador e gravado por um gravador de som; - Botão liga/desliga, controle de volume e desligamento automático após 1 minuto; -Limites de alarmes e parâmetros ajustáveis e configuráveis; - Bateria interna recarregável e carregador integrado ao equipamento; - Autonomia da bateria por 4 horas e indicador de carga; - Desligamento automático; - Indicador de carga da bateria; - Faixa de medição: 50-240 bpm e frequência de Operação: 2.0 MHz + ou - 10%; - Fone de ouvido, gel e estojo de transporte são itens opcionais. Especificações Técnicas: - Frequência ultra-som: 2 MHz +-10%. - Intensidade ultra-som: - Bateria recarregável Ni-MH DC:autonomia de bateria por 4 horas e indicador de carga. - Fonte de alimentação :AC 220 / 110V, 50 / 60Hz. - Dimensões: 135 100 55mm - Display: 65 50mm LCD. - Resolução FHR: 1bpm. - Precisão FHR:± 1bpm. - Consumo de energia: <2W - Gama FHR medição: 50 ~ 240bpm. - Peso: 650 g. Conteúdo da Embalagem: - 01 (um) Monitor; - 01 (um) Transdutor/Sonda de 2 MHz; - 01 (uma) Bateria Recarregável 1.2V Ni-MH; - 01 (um) Carregador bivolt; - 01 (um)	R\$ 1.121,00	1	R\$ 1.121,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MIGUELINHO
SECRETARIA DE SAÚDE

TRABALHANDO O PRESENTE. CONSTRUINDO O FUTURO

	Manual de operação e Certificado de Qualidade; - 01 (um) CD de instalação. Registro na ANVISA 80070210071.			
06	Mesa Auxiliar: Mesas instrumentais hospitalares totalmente em aço descrição: mesas instrumentais hospitalares totalmente em aço inox aisi 430 – com tampo e prateleira em chapa de aço inox, pés em tubo redondo de aço inox com 4 rodízios de 2". Medindo: 60 x 40 x 80 (c x l x a). Sem altura ajustável, freio em diagonal. A empresa deverá apresentar certificado de conformidade de acordo com as norma da abnt nbr 13.961 (edição mais recente) emitido por certificadora acreditada pelo inmetro, no certificado deverão estar identificados o fabricante e o modelo ofertado. Oferecemos modelo: mesas instrumentais hospitalares totalmente em aço inox aisi 430 – com tampo e prateleira em chapa de aço inox, pés em tubo redondo de aço inox com 4 rodízios de 2" com freio diagonal. Medindo: 60 x 40 x 80 (c x l x a). Sem altura ajustável insento registro anvisa conforme rdc em anexo.	R\$ 734,60	1	R\$ 734,60
07	Reanimador Pulmonar Manual Pediátrico (Ambu): Reanimador Pulmonar Manual Pediátrico (Ambu) com reservatório com as seguintes características mínimas: material de composição: silicone translúcido autoclavável; balão tamanho infantil com capacidade de 500ml (tamanho infantil); máscara facial de silicon - Reanimador Pulmonar Manual Pediátrico (Ambu) com reservatório com as seguintes características mínimas: material de composição: silicone translúcido autoclavável; balão tamanho infantil com capacidade de 500ml (tamanho infantil); máscara facial de silicone; válvula unidirecional modelo bico de pato; com reservatório em PVC, com capacidade para 1000ml, sem necessidade de válvula intermediária para conexão (conexão direta).	R\$ 216,67	1	R\$ 216,67
08	Suporte de Soro: Suporte para soro tipo coluna em tubo de aço inoxidável de 1" de diâmetro com anel de regulagem haste em tubo de aço inoxidável de Va de diâmetro com 4 ganchos na extremidade superior, base com 4 pés de ferro fundido, pintura epóxi na cor branca, com rodízios, dimensões aproximadas de no máximo 2,40 e mínimo de 1,70n. Garantia mínima de 12 meses, RENASCER RN130030	R\$ 369,49	1	R\$ 369,49
09	Esfigmomanômetro Adulto: ESFIGMOMANOMETRO ANEROIDE DE PEDESTAL - MOD ADULTO, com braçadeira tamanho adulto, confeccionada em nylon antialérgico, lavável, e tratamento impermeável, bordas com dobras que diminuem o risco de cortes e de arranhões, sem bainhas cosidas para rasgar ou esfiapar, com fecho em velcro resistente. Manômetro de alta precisão em escala de 0 a 300mmhg, mostrador plano, carcaça moldada à prova de choques, ponteiro de alta qualidade, calibrado precisamente, durável e resistente a choques, a prova de "Excesso de Pressão". Possuir manguito sem emendas, de alta durabilidade e pêra insufladora com esfera de alta durabilidade, com válvula de deflação altamente resistente com	R\$ 316,74	1	R\$ 316,74



PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MIGUELINHO
SECRETARIA DE SAÚDE

TRABALHANDO O PRESENTE. CONSTRUINDO O FUTURO

	regulagem de saída de ar sensível. Manguito, pêra e tubo flexível livres de látex. Montado sobre pedestal, de altura ajustável, base com no mínimo 4 rodízios para fácil locomoção e transporte. Possuir compartimento para acomodação da braçadeira e acessórios de forma adequada e segura. Verificado e aprovado pelo INMETRO.			
10	MESA DE CABECEIRA: CRIADO MUDO COM MESA DE ALIMENTAÇÃO ACOPLADA ""Criado mudo fechado em madeira com mesa refeição acoplada e ferragens pintadas Estrutura em tubo de 30x30x1,20mm; Criado: (0,49x0,43x0,70m -LxPxA), construído em MDF 15mm, revestido em fórmica externamente e internamente, com 1 gaveta e 1 porta com puxadores; Mesa refeição: (0,70x0,40m -LxP), em MDF de 15mm, revestida em fórmica, acoplada com tubo de regulagem de 25x25x1,20mm e haste em tubo 20x20x1,20mm e pés com rodízios de 2"" (50, 80 mm); Dimensão total no mínimo: 0,61x0,45x0,82m (LxPxA)."	R\$ 769,50	1	R\$ 769,50
11	Poltrona Hospitalar: Poltrona para repouso, tipo hospitalar. Poltrona reclinável; mínimo 04 posições (movimentos simultâneos do encosto e apoio dos pés); estofados em espuma, densidade mínima D 26, com revestimento em courvin de alta resistência e fácil assepsia, na cor preta ou azul escuro; Estrutura em metal, com pintura epóxi; Pés com ponteiros plásticos ou outro tipo de proteção; Capacidade suportável: 150 kg; Dimensões mínimas em posição normal:c = 0,85 m; l= 0,75 m;altura mínima: 0,48 m. Dimensões mínimas em posição reclinada:c = 1,65 m; l = 0,75 m.	R\$ 1.744,99	1	R\$ 1.744,99
12	Espaldar em Madeira (Barra/ Escada de Ling): Espaldar em madeira (Barra/Escada de Ling). Material: madeira maciça natural de eucalipto, revestido com película de selador. Peso máximo suportado:até 140 kg, fixado na parede. Dimensões: 48 x 93 x 238 cm (C x L x A). Distância entre a parede e o espaldar: 13,5 cm; distância entre os bastões: 19 cm;espessura das barras: 3,2 cm. Registro na ANVISA: 80284450010.	R\$ 862,45	1	R\$ 862,45
13	Berço Hospitalar com Grades: Berço fawler: cabeceira e peseira removíveis fabricadas em aço inoxidável ou aço-carbono ou material termoplástico; possuir 4 (quatro) rodízios sendo 2 (dois) com freios na diagonal; capacidade de carga mínima: 80 kg; realizar no mínimo os seguintes movimentos: fawler, semi-fawler e trendelemburg; acionamento dos movimentos através de 3 (três) manivelas escamoteáveis;leito articulável fabricado em aço inoxidável ou aço-carbono; paraquos nos 4 (quatro) cantos da cama; grades laterais de abaixar fabricadas em aço; dimensões internas (comprimento x largura): 150 cm x 64 cm (+/- 10%); garantia mínima de 1 (um) ano a contar da instalação; manual de operação em português; registro anvisa vigente; deve acompanhar no mínimo os seguintes acessórios: (um) colchão;(um) suporte de soro fabricado em aço inoxidável; demais acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento. Registro anvisa: 80413280006	R\$ 3.784,00	1	R\$ 3.784,00
14	Mesa de Mayo: MESA DE MAYO Com Altura Regulável Por Roseta, Altura Mínima Aproximada: 80cm, Altura Máxima Aproximada: 1.15m, Comprimento: 50cm E Largura: 40cm, Dimensões Da Bandeja 30 Cm De Comprimento X 40 Cm De Largura Acompanha: Bandeja Em Aço Inoxidável *MARCA – RUBMED *MODELO- RUBMED *FABRICANTE-INALAMED *PROCEDÊNCIA - NACIONAL	R\$ 609,73	1	R\$ 609,73
15	Foco Refletor Ambulatorial: Foco Refletor Ambulatorial - iluminação de LED (luz fria), haste flexível e cromada. Intensidade luminosa de 8.000 LUX à 50 cm do campo observado. Altura variável entre 90 a 164	R\$ 641,56	1	R\$ 641,56



PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MIGUELINHO
SECRETARIA DE SAÚDE
TRABALHANDO O PRESENTE. CONSTRUINDO O FUTURO

	cm. Base do pedestal com 04 rodízios. Alimentação elétrica automática de 11 - Foco Refletor Ambulatorial - iluminação de LED (luz fria), haste flexível e cromada. Intensidade luminosa de 8.000 LUX à 50 cm do campo observado. Altura variável entre 90 a 164 cm. Base do pedestal com 04 rodízios. Alimentação elétrica automática de 110 à 220 v. 50/60 Hz			
16	DEA - Desfibrilador Externo Automático: Desfibrilador - Desfibrilador Tipo: Cardioversor, Modo Automático E Manual , Recursos Integrados: Monitor C/ Ecg, Spo2, Mp Transcutâneo , Tipo Onda: Bifásica , Memória: Grava Eventos , Alimentação: Bateria Recarregável , Componente: Pás Externas E Adesivas , Componente I: Cabos 3 A 5 E 10 Vias Componentes Adicionais: C/ 12 Derivações Simultâneas , Tipo Módulo: Portátil , Tipo Uso: Uso Adulto E Pediátrico	R\$ 11.370,09	1	R\$ 11.370,09
17	Armário Vitrine: ARMARIO VITRINE - ARMARIO VITRINE Armário vitrine hospitalar confeccionado em madeira (MDF), na cor branca, totalmente fechado nas laterais, com vidro resistente embutido na porta frontal do armário para visualização do espaço interno. Contendo no mínimo duas prateleiras em madeira (MDF) dispostas de maneira proporcional para divisão do espaço interno e no mínimo duas gavetas de no mínimo 15 cm de altura na parte inferior do armário. Com fechamento das gavetas e porta com chave e envio de chave extra. Com puxadores em aço inox para a porta e as gavetas. Dimensões aproximadas: 50 x 40x 150 (cm) (comprimento x largura x altura).	R\$ 1.490,00	1	R\$ 1.490,00
18	BANQUETA: Banqueta Giratória em aço inox. Descrição do produto: MESA AUXILIAR PARA USO HOSPITALAR:em tubos de aço inoxidável (aísi 304)diâmetro 1 polegada, tampo eprateleira em chapa de açoinoxidável (aísi 304), com rodízios,dimensões aproximadas: 40 x 40 x 80cm (largura x profundidade x altura) (variação aceitável de até10%) CATMAT ITEM: 467353 DESCRIÇÃ O: mesa auxiliar hospitalar, material estrutura:estrutura pintada em epó xi, material tampo: tampo e prateleira aço carbono pintado, formato: quadrada, comprimento tampo: 40 cm, largura tampo: 40 cm, altura: 80 cm, rodízios de 2"	R\$ 711,75	2	R\$ 1.423,50
19	BIOMBO: Biombo em aço inoxidável – dobrável. Construído em tubos redondos de 7/8", em aço inoxidável polido na cor branca, pés com ponteiros de pvc, com rodízios, painéis em tecido de algodão cru reforçado, tamanho: triplo dobrável procedência: nacional fabricante: minas industria marca: minas industria modelo: biombo triplo - minas industria anvisa: isento conforme rdc 185/2001	R\$ 945,11	1	R\$ 945,11
20	ARMARIO : Armário vitrine - armário vitrine material: aço inoxidável , material porta: porta em vidro transparente mín. 3mm espessura , material prateleiras: 3 prateleiras vidro cristal c/ mín. 3mm espessura , quantidade portas: 2 portas c/ fechadura tipo yale c/ chaves un, altura: 1,50 m, largura: 0,50 , profundidade: 0,40 m, características adicionais: estrutura em aço c/cantosarredondados , tipo prateleiras: prateleiras altura regulável , componentes adicionais: teto/fundo chapa aço nº20,pés c/ponteira borracha	R\$ 1.174,34	2	R\$ 2.348,68
21	CARDIOVERSOR: Cardioversor desfibrilador implantável - equipamento desfibrilador e cardioversor para neonatologia e pediatria: equipamento com pa's infantis. Modelo monofa'sico carga anulada automaticamente apo's 45s. Bateria interna recarrega'vel bivolt automatico entrada 12v para ambula^ncia escalas: 01, 02, 05, 10, 20, 30, 40 e 50 para desfibrilca~o interna e externa infantil e interna adulto;	R\$ 23.601,53	1	R\$ 23.601,53



	10, 20, 40, 80, 160, 240, 300 e 360 para desfibrilacão externa adulto. Tempo de carga: 9 a 15 segundos.			
TOTAL DOS ITENS				R\$ 123.295,39

1.4. Os produtos acima identificados devem ser fornecidos de acordo com as especificações e quantidades estabelecidos neste Termo de Referência.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados da assinatura prorrogável na forma do art. 107, da Lei nº 14.133/21.

2. DESTINAÇÃO

2.1. O bem objeto deste Termo de Referência destina-se ao atendimento do Hospital e Maternidade João Alexandre de Oliveria vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, e serão utilizados no atendimento da demanda dos serviços realizados pela SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL, no atendimento a População.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Com a aquisição dos equipamentos e materiais permanentes da Proposta de Emenda Parlamentar nº 35390002, conta específica, o município, por meio desta secretaria, atenderá a demanda reprimida dessas localidades, promoverá a reestruturação do Hospital e Maternidade João Alexandre de Oliveria unidade de saúde contemplada e fortalecerá a estruturação do acesso aos atendimentos básicos, proporcionando maior oferta dos serviços de saúde básicos e assim suprir as necessidades da população, melhorando a qualidade e eficiência do SUS.

4. CLASSIFICAÇÃO DO BEM COMUM

4.1. O bem a ser adquirido, poderá ser adotado a licitação na modalidade pregão, pois consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, é comum nos termos do parágrafo único do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

5. EXECUÇÃO

5.1. O objeto do presente Termo de Referência será executado **ENGREGA IMEDIATA CONFORME ITEM 5.3** de acordo com as necessidades da Administração, conforme Ordens de Fornecimentos emitidas pelo Departamento respectivo da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

5.2. Os equipamentos deverão ser entregues no local, dia e horário estabelecidos pela Secretaria de Saúde, conforme abaixo:

5.2.1. Locais de Entrega:

- Hospital e Maternidade João Alexandre de Oliveira
Avenida Presidente Kennedy nº 275 - Centro – Frei Miguelinho - PE.

5.2.6. Dias e horários:

- Segunda a sexta-feira de 7:00 as 13:00 e de 14:00 às 18:00



5.3. Prazo de Entrega:

5.3.1. O prazo de entrega não será superior a **30 (trinta) dias consecutivos**, contado da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.3.2. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as necessidades da SECRETARIA DE SAÚDE, em quantidades previamente comunicada através da Ordem de Fornecimento (OF), podendo sofrer alterações conforme avaliação do responsável.

5.3.3. Os quantitativos propostos poderão ser executados no todo ou em parte, conforme necessidade de consumo, gerenciada pelos responsáveis pelas Unidades de Saúde

5.3.4. A empresa licitante vencedora deverá adotar medidas de segurança contra danos a estrutura dos equipamentos, durante o transporte dos mesmos, mediante uso de embalagens protetoras do tipo papelão ou plástico bolha. Não será recebido qualquer item que apresente danos a estrutura, ou a pintura ou com ausência de partes. Neste caso, a empresa licitante vencedora deverá substituir o bem defeituoso, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

5.3.5. O descarregamento dos equipamentos médico-hospitalares, no ato da entrega, será de responsabilidade da empresa licitante vencedora, cabendo a mesma contratar, equipar e identificar a mão de obra necessária.

5.3.6. A firma adjudicatária do objeto da licitação ficará obrigada a fornecer produto de ótima qualidade, de acordo com as especificações do órgão competente, sob pena de responder por perdas e danos perante a contratante, além das penalidades previstas no edital e no contrato.

5.4. RECEBIMENTO:

5.4.1. Os equipamentos serão recebidos, somente por pessoa credenciada pela Unidade de Saúde, que procederá a conferência com base na Ordem de Fornecimento escrita e assinada pelo responsável pelo Departamento de Compras da respectiva unidade.

5.4.2. A UNIDADE DE SAÚDE informará à adjudicatária, o nome do responsável pela conferência e recebimento dos produtos.

5.4.3. O objeto deste Termo de Referência será recebido da seguinte forma:

a) Provisoriamente – No ato da entrega do produto, pela direção da unidade de saúde respectiva, para posterior conferência de sua conformidade com as especificações do edital, da proposta e do contrato. Não havendo qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento

b) Definitivamente – Em até 15 (quinze) dias úteis, após o recebimento provisório; mediante “**ATESTO**” na nota fiscal/fatura; após, a comprovada adequação aos termos do edital, da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

5.4.4. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido mensalmente e conterá a assinatura da Unidade de Saúde e da contratada.

5.4.5. Cópia do Termo de Recebimento Definitivo (de cada unidade de saúde) deverá ser enviada ao Departamento Financeiro, que só mediante a apresentação do mesmo efetuará o pagamento.

5.4.6. A adjudicatária ficará obrigada a trocar o produto que vier a ser recusado por não atender as especificações exigidas, sem que isso acarrete qualquer ônus para o Município de Frei Miguelinho ou importe em relevação das sanções previstas na legislação vigente e no edital.

5.4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e penal da contratada.

5.5. PRAZO DE GARANTIA:

5.5.1. o prazo de garantia deverá ser igual ao do fabricante ou estipulado no código de defesa do consumidor, iniciado no ato do atestado da nota fiscal de recebimento dos produtos;

5.5.2. Entende-se por defeito de fabricação qualquer problema (exceto os decorrentes de mau uso que impeça a adequada condição de utilização do produto fornecido durante o período mencionado;



- 5.5.3. o prazo de garantia sera computado igual ao do fabricante ou a partir da data de atesto da nota fiscal pelo setor demandante. O(s) licitante(s) vencedor(res) receberão do setor demandante cópia atestada da nota fiscal por e-mail, para manter o controle do referido prazo;
- 5.5.4. A assistencia tecnica devera ser prestada pelo fabricante dos produtos atraves do corpo tecnico próprio ou de empresa autorizada. Os chamados a assistencia tecnica deverao ser atendidos em ate 72h (setenta e duas horas) a contar do chamado do setor demandante, sem onus para a SECRETARIA DE SAÚDE, salvo quando o defeito for comprovadamente provocado por uso indevido;
- 5.5.5. Caso o produto precise de assistencia tecnica após o prazo a ser considerado (garantia do fabricante ou sessenta meses), essa assistencia tecnica deverá ser prestada pela contratada, devendo a contratante pagar pelo serviço;
- 5.5.6. Quando a assistencia tecnica decorrente da garantia nao puder ser prestado no local da entrega poderá a contratada remover os produtos defeituosos e fazer retornar a Secretaria de Saúde, às suas próprias expensas, em ate 5 (cinco) dias uteis, sendo a empresa contratada considerada, para todos efeitos durante este período, como fiel depositária dos mesmos;
- 5.5.7. Caso nao seja possivel a execução do serviço de assistencia técnica do equipamento no prazo de 5 (cinco) dias uteis, a licitante deverá provisoriamente fornecer equipamento similar para substituir a equipamento em manutenção até a devolução do mesmo, sendo a empresa contratada considerada, para todos os efeitos durante esse período, como fiel depositária dos mesmos.
- 5.5.8. Em sendo constatado, durante o período vigente da garantia dos produtos, falta de acessórios correspondentes aos equipamentos entregues, que ainda estejam desmontados, deverão ser devidamente repostos, quando necessário, num prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data do recebimento da comunicação de defeito via e-mail pelo setor demandante.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Fornecer o bem conforme consta deste Termo de Referência, no prazo estipulado pela Secretaria de Saúde Municipal, mediante apresentação de "Ordem de Fornecimento".

7.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17



a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.3. Apresentar, no caso de interrupção ou atraso na entrega, justificativa, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas a fim de que sejam adotadas as devidas providências, sem impedimento das sanções previstas no Contrato e na lei regente da matéria.

7.4. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do MUNICÍPIO, ou ainda a terceiros, durante a execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo município.

7.5. Comunicar ao Município qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

7.6. Assumir responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO.

7.7. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie; forem vítimas os seus empregados, durante a execução deste Termo de Referência, ainda que acontecido nas dependências do **MUNICÍPIO**.

7.8. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste Termo de Referência, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

7.9. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

7.10. A inadimplência da **ADJUDICATÁRIA**, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **MUNICÍPIO**, nem pode onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a **ADJUDICATÁRIA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **MUNICÍPIO**.

7.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.12. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. PAGAMENTOS

11.1.

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

11.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal na forma da Portaria MF358/2014;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da adjudicatária.

11.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6 Antes de cada pagamento à contratada, verificará a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7 Constatando-se, a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, a situação de



irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto a este Órgão.

11.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.10.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.11 A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada no Protocolo da Tesouraria da Secretaria de Saúde Municipal, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº. 275 – Centro – Frei Miguelinho – PE.

11.12 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.



12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá garantia de execução.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Cometer infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratadaque:

14.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

14.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

14.1.3. apresentar documentação falsa;

14.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame

14.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.6. não mantiver a proposta;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.8. cometer fraude fiscal;

14.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

14.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;



14.4.2. Multa de 5% (cinco) por cento sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

14.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a Prefeitura, pelo prazo de até cinco anos;

14.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

14.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

15. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

15.1. O valor total estimado da presente contratação é aquele previsto no item 1.2 deste Termo de Referência.

15.2. O valor total **máximo estimado** para a presente aquisição é de **R\$ 123.295,39 (cento e vinte e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e trinta e nove centavos)**.

16. SANÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Pelo descumprimento das condições estabelecidas no contrato serão aplicadas as sanções previstas no instrumento contratual e na Lei 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MIGUELINHO
SECRETARIA DE SAÚDE
TRABALHANDO O PRESENTE, CONSTRUINDO O FUTURO

Frei Miguelinho, em 18 de dezembro de 2023.

JOSÉ LUIZ DE MOURA
Secretário de Saúde

MARIA IZABEL DE MOURA MAURICIO DA SILVA
Responsável TR



ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA

À
PREFEITURA DE FREI MIGUELINHO (PE)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Licitatório nº. 013/2023.
Pregão Eletrônico nº. 011/2023.

OBJETO: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para o Hospital e Maternidade João Alexandre de Oliveria, para atender as necessidades diárias da Secretaria de Saúde Municipal, Hospital e unidades de saúde a ela vinculadas, utilizados no atendimento da demanda dos serviços realizados pela SECRETARIA DE SAÚDE da Prefeitura de Frei Miguelinho - PE, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A Empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob nº _____, estabelecida na _____, vem, perante este Pregoeiro apresentar proposta de preços para o fornecimento objeto da licitação acima, conforme descrição abaixo:

Item	Especificação	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit	Valor Total

Valor Total da Proposta: R\$()

Validade da proposta: mínimo 60 dias, contado da data de apresentação da mesma.

Prazo de entrega: Conforme TR.

Declaramos, para os devidos fins, que no preço proposto estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fretes, seguros e quaisquer outros custos e despesas incidentes sobre a execução do contrato.

Declaramos, ainda, que estamos de acordo com todas as condições estabelecidas pela Administração no Pregão e no Contrato.

Local, ___ de ___ de 2023. (identificação/nome/CPF/carimbo/etc.

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO II
(TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Á
PREFEITURA DE FREI MIGUELINHO (PE)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Licitatório nº. 013/2023.
Pregão Eletrônico nº. 011/2023.

Ilmo. Sr. Pregoeiro,

Declaramos, sob as penas da lei, em cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º. da Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002, que conhecemos e atendemos plenamente aos requisitos de habilitação exigidos neste edital.

Local, ___ de ___ de 2023. (identificação/nome/CPF/carimbo/etc.

Assinatura do representante legal da empresa



**ANEXO III
(TIMBRADO DA LICITANTE)**

**ÇÃO
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO E
CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A empresa: _____

Estabelecida: _____

Inscrita no CNPJ/MF sob nº. _____

Declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua contratação com a Administração Pública no PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2023, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local, ___ de ___ de 2023. (identificação/nome/CPF/carimbo/etc.

Assinatura do representante legal da empresa



**ANEXO IV
(TIMBRADO DA LICITANTE)**

MODELO DE DECLARAÇÃO DA LEI 9.854/99.

Á
PREFEITURA DE FREI MIGUELINHO (PE)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Licitatório nº. 013/2023.
Pregão Eletrônico nº. 011/2023.

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por meio de seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF/MF nº., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. ().

Local, __ de ____ de 2023. (identificação/nome/CPF/carimbo/etc.

Assinatura do representante legal da empresa

OBS:em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



**ANEXO V
(TIMBRADO DA LICITANTE)**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF/MF nº. _____, **declara** que se enquadra na condição de **MICROEMPRESA – ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, constituídas na forma da **LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 de 14/12/2006 alterada pela Lei Complementar 147/14**.

Para tanto anexo o **comprovante de opção pelo Simples obtido através do site:**

<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>; do **Ministério da Fazenda - Receita Federal** e/ou **Termo de Opção do SIMPLES**, registrado ou autenticado na Junta Comercial (indicar o local da sede ou domicílio da licitante, onde for o registro).

Local, ___ de ___ de 2023. (identificação/nome/CPF/carimbo/etc.)

Assinatura do representante legal da empresa



**ANEXO VI
(TIMBRADO DA LICITANTE)**

**MODELO DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 3º DA LC
123/2006**

**À
PREFEITURA DE FREI MIGUELINHO (PE)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Licitatório nº. 013/2023.
Pregão Eletrônico nº. 011/2023.**

Ilmo. Sr. Pregoeiro,

Declaramos, sob as penas da lei, que atendemos plenamente aos requisitos do artigo 3º. da LC nº. 123/2006 com a redação da LC147/2014, incorrendo a declarante, em qualquer das hipóteses previstas no parágrafo 4º. do artigo 3º. da mencionada lei.

Local, ___ de ___ de 2023. (identificação/nome/CPF/carimbo/etc.

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO VII

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FREI MIGUELINHO E A EMPRESA VENCEDORA DA LICITAÇÃO Nº. 013/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2023.

Aos ___ dias do mês de ___ de dois mil e vinte e três, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** sediada na Avenida Presidente Kennedy snº. – Centro – Frei Miguelinho - PE através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** inscrito no **CNPJ/MF sob nº. 13.811.409/0001-30**, doravante denominada **CONTRATANTE** neste ato contratual representado pelo Sr. **JOSÉ LUIZ DE MOURA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Bento Loiola, nº 70, Apart. Nº 2003-A – Casa Amarela – Recife-PE, CEP: 52.051-340; RG sob nº 1877334 SSP-PE e inscrita no CPF/MF sob nº. 225.185.174-72 com a interveniência do **MUNICÍPIO DE FREI MIGUELINHO** pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Avenida Presidente Kennedy nº. 275 - Bairro do Centro - inscrito no CNPJ/MF sob nº. 11.361.854/0001-10 representado por sua atual prefeita Sra. **Adriana Alves Assunção Barbosa**, brasileira, casada, assistente social, residente e domiciliada na Rua Lagoa de João Carlos snº. – Distrito de Lagoa de João Carlos - Frei Miguelinho – PE; inscrita no CPF/MF sob nº. 545.777.724-34, com endereço especial na Avenida Presidente Kennedy nº. 275 - Centro – Frei Miguelinho - PE e a empresa _____ pessoa jurídica de direito privado sediada na _____ nº. ____ - ____ - ____ - ____ inscrita no CNPJ/MF sob nº. _____ doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por (**qualificação do representante legal da contratada**) pactuam o presente contrato, cuja celebração é decorrente do Processo de Licitação nº. 013/2023, doravante denominado **PROCESSO**, e que se regerá pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; pelo estabelecido no ato convocatório e seus anexos, parte integrante deste contrato independente de transcrição; pelos termos da proposta vencedora, pelos preceitos de direito público; aplicando-se-lhes supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado; atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – Constitui objeto do presente contrato para aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para o Hospital e Maternidade João Alexandre de Oliveria, para atender as necessidades diárias da Secretaria de Saúde Municipal, Hospital e unidades de saúde a ela vinculadas, utilizados no atendimento da demanda dos serviços realizados pela SECRETARIA DE SAÚDE da Prefeitura de Frei Miguelinho - PE, abaixo descrito, conforme especificações e quantitativo constantes no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº. 011/2023 parte integrante deste Contrato independente de transcrição.

Parágrafo Primeiro – O objeto deste contrato destina-se ao atendimento da demanda de serviços da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Segundo – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, sem o consentimento prévio e expresso da contratante.

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE – O objeto da presente contratação destina-se à realização das atividades do Município através da Secretaria de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO – O presente Contrato vigorará pelo período compreendido entre 12(meses).

Parágrafo Primeiro - O prazo acima poderá ser prorrogado, nos termos e forma prevista na Lei 8.666/93 desde



que seja conveniente para a Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Único - O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto, a contratada não tenha concorrido de alguma forma; haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

Parágrafo Único - As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

Parágrafo Único - As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Parágrafo Único - A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO

Parágrafo Único - As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA – As condições de Garantia e Assistência Técnica do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo Único - As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Parágrafo Único - As obrigações da CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único - As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

Parágrafo Primeiro - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:



a. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

b. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Quarto - termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DESPESAS DO CONTRATO – Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato.

Parágrafo Único: Serão da contratada todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e empresariais, decorrentes da execução do contrato. Artigo 71 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária a seguir especificada e recursos da Emenda Parlamentar Estadual Nº 243/2021:

Unid. Gestora: 3 – Fundo Municipal de Saúde de Frei Miguelinho

Órgão Orçamentário: 14.000 – Fundo Municipal de Saúde

Unid. Orçamentária: 14.002 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: - 1003 – Atenção Especializada à Saúde da População

Ação(LOA): 1.12 – Execução de obras e Aquisição de Equipamentos para a Rede de Saúde Especializada

Elemento de Despesa: 181 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

Fontes de Recursos: 103 – MSC – 1.500.1002 15% de Imposto e Transferência para a Saúde(LC nº 141/20)

Elemento de Despesa: 182 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

Fontes de Recursos: 106 – MSC – 1.600.0000 Recurso do SUS Bloco de Manutenção das Ações e Serviços

Elemento de Despesa: 183 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

Fontes de Recursos: 115 – MSC – 1.631.0000 Recurso Convênio para Saúde do Governo Federal- 1.631

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL – A contratada responderá por perdas e danos que vier o sofrer o contratante, ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da contratada ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita; não excluindo, ou reduzindo esta responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. Artigo 70 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES



Parágrafo Primeiro - É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Parágrafo Primeiro - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Terceiro - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

Parágrafo Primeiro - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

Parágrafo Primeiro - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO – O foro do presente contrato será o da comarca de SANTA MARIA DO CAMBUCÁ, excluído qualquer outro.

E, por estarem justos, e acordos, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito legal, na presença das testemunhas que também assinam.

Frei Miguelinho (PE), 00 de 0000 de 2023.

Adriana Alves de Assunção Barbosa
Prefeita

Contratada

José Luiz de Moura
Secretário



AVISO DE LICITAÇÃO

Em cumprimento às disposições contidas na Lei 8.666/93, informamos aos interessados que o Município de Frei Miguelinho realizará a licitação abaixo indicada.

LICITAÇÃO	OBJETO	DATA/HORÁRIO
Pregão Eletrônico Nº 011/2023	<p>O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para o Hospital e Maternidade João Alexandre de Oliveria, para atender as necessidades diárias da Secretaria de Saúde Municipal, Hospital e unidades de saúde a ela vinculadas, utilizados no atendimento da demanda dos serviços realizados pela SECRETARIA DE SAÚDE da Prefeitura de Frei Miguelinho - PE, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, constantes no Anexo I do Edital de Pregão.</p> <p>Informações:</p> <p>www.freimiguelinho.pe.gov.br no link\ Diário oficial Telefone: (81) 3751-1251.</p>	<p>10/01/2024 às 12:00</p> <p>A sessão será realizada na internet no endereço eletrônico https://bnccompras.com/Home/Login</p>

Augusto César Pinto do Nascimento
Pregoeiro



CERTIDÃO

Certifico que afixei no quadro de avisos de amplo acesso ao público da Prefeitura de Frei Miguelinho e da Secretaria Municipal de Saúde, o aviso da realização do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2023**, que tem por o objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde para o Hospital e Maternidade João Alexandre de Oliveria, para atender as necessidades diárias da Secretaria de Saúde Municipal, Hospital e unidades de saúde a ela vinculadas, utilizados no atendimento da demanda dos serviços realizados pela SECRETARIA DE SAÚDE da Prefeitura de Frei Miguelinho - PE, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, constantes no **Anexo I** do Edital de Pregão.

Frei Miguelinho, 28 de dezembro de 2023.

Josefa Eliane Alves
Equipe de Apoio